



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2025

(Do Sr. Gilson Marques)

Requer informações ao Ministro da Pesca e Aquicultura sobre a definição das cotas de pesca da tainha para 2025 e os impactos para os pescadores artesanais de Santa Catarina.

Senhor Presidente,

Com fundamento no artigo 50, § 2º, da Constituição Federal e nos artigos 115, I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência que encaminhe ao Ministro da Pesca e Aquicultura o presente requerimento de informações sobre a definição das cotas de pesca da tainha para 2025, especialmente em relação aos pescadores artesanais de Santa Catarina.

Durante as reuniões do Grupo de Trabalho da Tainha (GT Tainha) e do Comitê Permanente de Gestão (CPG), instituídos pelo Ministério da Pesca e Aquicultura, foi proposta uma cota de 825 toneladas para os pescadores artesanais. Essa medida tem sido amplamente contestada pelo setor pesqueiro, pois, caso seja implementada, poderá gerar impactos socioeconômicos severos, comprometendo o sustento de centenas de famílias e colocando em risco uma prática tradicional reconhecida como patrimônio histórico e cultural do estado de Santa Catarina.

A Associação de Pescadores de Arrasto de Praia de Santa Catarina (APAPSC) manifestou sua oposição à imposição de qualquer cota para o arrasto de praia, alegando que a medida se baseia em dados imprecisos e incorretos e representa um retrocesso para a pesca artesanal.

Além disso, a Câmara Municipal de Vereadores de Bombinhas/SC destacou que a média de captura da modalidade de arrasto de praia entre 2017 e 2024 foi de 1.084 toneladas e que a proposta do Ministério não condiz com a realidade pesqueira.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL GILSON MARQUES

Apresentação: 12/02/2025 12:30:58.020 - Mesa

RIC n.373/2025

da região. A Câmara sugere um aumento da cota para 1.200 toneladas, garantindo a sustentabilidade ecológica e a manutenção da atividade pesqueira

Além disso, a restrição imposta atinge também os pescadores artesanais do Rio Grande do Sul, que recentemente enfrentaram enchentes devastadoras, dificultando ainda mais a recuperação econômica dessas comunidades.

O objetivo deste requerimento é esclarecer os critérios adotados pelo Ministério da Pesca e Aquicultura na definição dessas cotas e verificar a possibilidade de ajustes na regulamentação, garantindo que a pesca artesanal da tainha possa continuar de forma sustentável, sem comprometer o meio de vida dos pescadores.

.Diante disso, solicito as seguintes informações:

1. **Quais critérios técnicos e científicos** embasaram a definição da cota de **825 toneladas** para os pescadores artesanais de praia em Santa Catarina?
2. **Quais estudos embasaram** a decisão de limitar as capturas individuais das embarcações de **emalhe anilhado** em **10 toneladas**, sem garantir que todas as embarcações possam acessar esse limite antes do esgotamento da cota global? **Existe viabilidade para aumentar a cota para 20 toneladas por embarcação?**
3. **Qual a justificativa para a diferenciação entre estados**, considerando que Santa Catarina tem sido o mais impactado pelas restrições, **enquanto outros estados não enfrentam as mesmas limitações?**
4. **Existe viabilidade para aumentar a cota para 1.200 toneladas**, conforme sugerido pela Câmara de Vereadores de Bombinhas/SC, de modo a evitar impactos socioeconômicos severos sobre os pescadores artesanais catarinenses?
5. **Qual foi a base de cálculo utilizada para a fixação das cotas globais de captura** para cada modalidade, incluindo os valores de 2.000 toneladas para a Lagoa dos Patos (RS) e 1.725 toneladas para o emalhe de rede lisa?
6. **Por que o Ministério da Pesca e Aquicultura não garantiu maior participação dos pescadores artesanais e de seus representantes na**





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL GILSON MARQUES

Apresentação: 12/02/2025 12:30:58.020 - Mesa

RIC n.373/2025

definição dessas cotas? Há possibilidade de revisão da proposta com a participação ativa do setor pesqueiro catarinense?

7. **Quais medidas alternativas o Ministério considera para garantir a continuidade sustentável da pesca artesanal da tainha, assegurando o sustento das famílias e a preservação da cultura local?**

Este requerimento tem o objetivo de assegurar **transparência e equidade** na definição das cotas de pesca da tainha para 2025, garantindo que a decisão do Governo Federal leve em consideração os **impactos sociais, econômicos e culturais** da atividade pesqueira no estado de Santa Catarina.

JUSTIFICATIVA

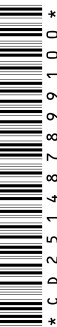
A pesca artesanal da tainha é uma atividade essencial para Santa Catarina, tanto do ponto de vista econômico quanto cultural, sendo responsável pelo sustento de milhares de famílias e pela manutenção de uma tradição centenária.

A proposta do Governo Federal de impor um limite de 825 toneladas para os pescadores artesanais de praia representa um grande retrocesso, gerando forte resistência entre pescadores e representantes do setor.

A Associação de Pescadores de Arrasto de Praia de Santa Catarina (APAPSC) já se manifestou contrária à imposição de qualquer cota para a pesca artesanal da tainha.

No mesmo sentido, a Câmara Municipal de Bombinhas/SC apontou que a cota de 825 toneladas não reflete a realidade da pesca artesanal da tainha, pois a média histórica de captura entre 2017 e 2024 foi de 1.084 toneladas.

No dia 4 de fevereiro, durante reunião com entidades pesqueiras das regiões Sul e Sudeste, a proposta apresentada pelo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) foi amplamente rejeitada por autoridades e pescadores catarinenses.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL GILSON MARQUES

Apresentação: 12/02/2025 12:30:58.020 - Mesa

RIC n.373/2025

O governador de Santa Catarina já se manifestou publicamente contra a medida, alertando que a restrição imposta pelo Governo Federal pode causar graves prejuízos financeiros e colocar em risco a sobrevivência de inúmeras famílias que dependem da pesca da tainha.

O Secretário de Aquicultura e Pesca de Santa Catarina, Tiago Bolan Frigo, também expressou sua oposição, ressaltando que a pesca da tainha não pode ser tratada apenas como uma questão econômica, mas como um pilar fundamental da identidade e da cultura catarinense.

Diante da mobilização do setor pesqueiro, o Governo Federal suspendeu a reunião que ocorreria no dia 5 de fevereiro, a fim de reavaliar internamente a proposta e retomar as tratativas com os representantes do setor.

No entanto, para que esse diálogo resulte em uma solução justa para os pescadores catarinenses, é fundamental que o Ministério da Pesca e Aquicultura apresente os fundamentos técnicos e científicos que embasaram essa decisão e que avalie a viabilidade de ajustes na regulamentação da cota, garantindo a manutenção da pesca artesanal da tainha sem comprometer o sustento das famílias que dependem dessa atividade.

Portanto, reforço a necessidade de respostas urgentes a este requerimento, para que a Câmara dos Deputados possa acompanhar de perto essa questão e atuar na defesa dos interesses dos pescadores artesanais de Santa Catarina.

Sala das Sessões, em 11 de fevereiro de 2025..

Deputado Federal GILSON MARQUES
(NOVO/SC)

